

# AINDA A MOAGEM

Sinto um profundo reconhecimento por todos aqueles que me escrevem, comentando, favoravelmente ou não, estes meus artigos. Da troca de impressões, do debater sereno das ideias, sempre nasce um pouco mais de luz, que nos ilumina a estrada dos conhecimentos e muita vez, nos aponta o caminho das soluções.

Com o entrecchoque de opiniões quantas vezes não se aplanaram as dificuldades e se não descobriram os rumos a seguir! O essencial é não termos paixão ao escrever ou falar, mas antes um amor ardente à Verdade que procuraremos sempre abraçar mesmo que ela se encontre no lado oposto ao nosso. Só assim da discussão poderá nascer a luz. Só assim nos tornaremos úteis aos nossos irmãos e a quantos gostariam de saber e de acertar.

Bem hajam portanto aqueles que ocupam o seu tempo em nos ensinar alguma coisa de novo, em fornecer-nos elementos sérios de estudo, em nos informar do sentimento da multidão. Realmente, nada de melhor pode desejar aquele que se dirige ao povo para o conduzir, do que ouvir, na sua mesa de trabalho, o eco das suas palavras na alma grande e generosa dos seus leitores.

Escrevi um artigo sobre a indústria da moagem, que me tem valido uma boa chuva de lamentações: «pobre homem, que se deixou iludir! É pena, porque, no fundo, é sério e amigo da justiça».

Devo declarar que ninguém me pediu aquele artigo, e, portanto, que não me podia ninguém iludir. Eu é que o escrevi por um imperativo de consciência, porque me parece ainda hoje que temos de criar condições de prosperidade a todas as indústrias sob pena de não subsistirmos, no futuro, como nação independente.

Se as indústrias de moagem que fabricam bolacha, massas, etc., podem manter-se, ninguém nos provou ainda que as outras estejam em condições de vida decente.

Como poderão elas arcar com os sucessivos encargos sociais, com a elevação do nível de vida dos operários, com a melhoria do seu apetrechamento industrial e social, se os resultados dos seus exercícios são precários?

A mim não me interessa que o industrial A ou o industrial B retire um lucro maior ou menor da sua actividade. Interessa-me que a fábrica A ou a empresa B cumpram os seus deveres sociais por um lado, e os seus deveres económicos (ou da produção) por outro. E como se lhes pode exigir que os cumpram, se não se lhes garante um mínimo de segurança?

A maior parte das cartas que me tem chegado às mãos a discutir este assunto, informam que os industriais de moagem não teriam de facto, grandes margens de lucros, se fossem cumpridores das leis. Mas não as cumprem — alegam — e a fiscalização não os obriga a cumprir.

Ora eu pergunto — se de facto existe esta pouca vergonha — qual o caminho a seguir: se o de dar à indústria possibilidades de prosperidade dentro do cumprimento da lei, ou se o de lhes criar dificuldades que os levam à tentação da fraude e ao suborno dos fiscais.

Este ponto é tão importante, que me parece até essencial para o levantamento do nível moral do país. Não cumprem a lei? Cometem toda a série de fraudes?

Resta saber se não será isso precisamente porque a... convidaram «à valsa» os regimes cerealíferos.

Um exemplo ilustra talvez melhor o nosso raciocínio. A legislação sobre

a venda de géneros alimentícios tinha fixado sobre cada produto racionado a percentagem de lucro do armazénista e do retalhista. Isto na intenção de defender o público das especulações! Muito bem! Mas como havia necessidade de manter os preços, aconteceu que, em muitos géneros, pelo menos nos essenciais, a margem de lucro deixada aos retalhistas era tão pequena, que chegava a dar prejuízo, tendo em conta as quebras, etc.. Conheço isto porque sou presidente do Conselho Fiscal de uma Cooperativa operária que se tem visto em sérias dificuldades para se manter sem lucros nenhuns. No entanto, dizem e é verdade, os mercadores enriquecem por via de regra. Logo as percentagens estão muito bem feitas!

Posso afirmar com conhecimento de causa que nenhum retalhista de mercearia poderia enriquecer a não ser pela fraude ou no peso, ou na qualidade ou em ambas as coisas ao mesmo tempo. Mesmo, para satisfazer os seus encargos e defender a sua legítima posição, dificilmente se aguentaria se fosse escrupulosamente sério. Mas como ele tem direito a viver, começa por achar legítimo defraudar. Ganha-lhe depois o gosto e aí temos nós como a lei favorece ou, pelo menos, se torna causa ocasional de imoralidade pública.

Nunca me esqueço de um dia me ter procurado determinado indivíduo a pedir-me que lhe obtivesse colocação em certo organismo que se consagrava à fiscalização. Interrogado sobre os motivos que o levavam a pedir aquela transferência de serviços, soube-me responder desta maneira: «o ordenado de facto, é o mesmo, mas como ele me não chega para educar os filhos, ali sempre terei possibilidades de receber... mais alguma coisa. Compreende?»

Oh! se compreendera!...

Não! O caminho parece-me errado. Para se exigir honestidade no desempenho de qualquer actividade, é preciso dar às pessoas possibilidades de vida honesta e próspera.

Um outro exemplo. Tratava-se de um concurso recente para o fornecimento de impressos a um determinado Banco de Lisboa. O funcionário encarregado do concurso adjudicou o trabalho à tipografia que se propôs fazê-lo mais barato. Ao entregar a encomenda, teve estas palavras: «quero o serviço bem feito e rápido; e fique sabendo que não têm de me dar «comissão», porque o que o Banco me paga chega-me bem à vontade». Ora isto não é vulgar, como todos sabem.

Moralidade do caso? Aquela que temos vindo expor: para se exigir honestidade é preciso que as pessoas possam viver honestamente, se cumprirem a lei.

E isto aplica-se a tudo. Até aos próprios operários. É certo que há-de haver sempre bandidos. Mas é triste

que se tenha de dizer ou se possa dizer: são todos na mesma, todos igualmente corrompidos! Dizia-me a última carta recebida: «A corrupção desenvolveu-se de maneira inconcebível».

E o que é mais curioso é verificar que, algumas vezes, é a legislação e são os regulamentos, eles mesmos, a contar com a fraude e o roubo, como coisa normal. A própria legislação fiscal parte do princípio de que os contribuintes cometerão fraude nas declarações e assim, para corrigir essa fraude, aplica-lhes uma taxa superior. De maneira que os honestos é que ficam prejudicados! Quer dizer: cada contribuinte sabe de antemão que, se disser a verdade, vai pagar mais do que devia. Logo não se fala a verdade.

Não defendo, esses homens, se doutor, porque vivem fora da lei. Não defendo, porque vivem fora da lei.

U  
d  
d

ver.  
hon  
ain  
ras  
Ter  
est  
ou  
I  
serv  
e é

184

A DEUT W A DIZIM